

Sumário

Capítulo I – Obrigações

- 1.1. Caracterização
- 1.2. Sentido vernacular de obrigação
- 1.3. Sentido jurídico de obrigação
- 1.4. Obrigação e dever jurídico
- 1.5. O Direito das Obrigações no Código Civil
- 1.6. Natureza jurídica
- 1.7. Realce histórico das obrigações
- 1.8. Fontes das obrigações
 - 1.8.1. No direito romano
 - 1.8.2. No direito moderno
 - 1.8.3. Na doutrina
 - 1.8.4. No direito brasileiro
- 1.9. Obrigação e atos unilaterais de vontade
- 1.10. Obrigação e contrato
- 1.11. Fato jurídico, contrato e obrigação
- 1.12. Causa das obrigações
- 1.13. Relações do direito das obrigações com outros ramos do direito
- 1.14. Obrigações e moral
- 1.15. Direito das obrigações como um direito autônomo

Capítulo II – Elementos Constitutivos das Obrigações

- 2.1. A relação obrigacional
- 2.2. O sujeito ativo
- 2.3. Sujeito passivo
- 2.4. Conteúdo ou objeto
- 2.5. O vínculo obrigacional

Capítulo III – Classificação das Obrigações

- 3.1. Classificação e sistematização
- 3.2. No direito antigo
- 3.3. No direito moderno
- 3.4. No direito brasileiro**

Capítulo IV – Obrigações Naturais

- 4.1. Conceito
- 4.2. Concepção no direito romano
- 4.3. Estrutura da obrigação natural
- 4.4. Natureza da obrigação natural
- 4.5. Direito natural e obrigação natural
- 4.6. Obrigação natural no direito brasileiro
- 4.7. Efeitos civis

Capítulo V – Obrigações Reais

- 5.1. Conceituação
- 5.2. Distinção entre obrigações reais e pessoais
- 5.3. Sujeito passivo na obrigação real
- 5.4. Características
- 5.5. Ações judiciais na exigibilidade das obrigações reais

Capítulo VI – Obrigações de Dar ou Entregar Coisa Certa

- 6.1. Caracterização
- 6.2. A definição de coisa certa
- 6.3. A tradição
- 6.4. Estrutura da obrigação de dar
- 6.5. Relações com outros tipos de obrigações
- 6.6. Perda da coisa na obrigação de dar ou entregar
- 6.7. Deteriorações na obrigação de dar
- 6.8. Melhoramentos e acréscidos da coisa na obrigação de dar
- 6.9. Obrigação de restituir
- 6.10. Obrigação de restituir e deteriorações da coisa
- 6.11. Melhoramentos e acréscidos das coisas verificados quando da restituição
- 6.12. Execução da obrigação de dar coisa certa
- 6.13. Tutela específica na obrigação de dar ou entregar

Capítulo VII – Obrigações de Dar ou Entregar Coisa Incerta

- 7.1. Coisa incerta
- 7.2. Distinções
- 7.3. Indicação da coisa incerta
- 7.4. Direito à escolha pelo devedor
- 7.5. Aplicação das normas relativas à entrega de coisa certa, uma vez feita a escolha
- 7.6. Perda ou deterioração da coisa incerta
- 7.7. Execução da obrigação de dar coisa incerta

Capítulo VIII – Obrigações de Fazer

- 8.1. “Fazer” em direito das obrigações
- 8.2. O conteúdo da obrigação de fazer
- 8.3. Caráter de infungibilidade da obrigação de fazer
- 8.4. Impossibilidade da prestação
- 8.5. Negativa em cumprir a obrigação
- 8.6. Execução do ato por terceiro à custa do devedor e indenização
- 8.7. Lugar, tempo e modo na obrigação de fazer
- 8.8. Execução da obrigação de fazer
 - 8.8.1. Fixação do prazo para o cumprimento
 - 8.8.2. Conteúdo da inicial
 - 8.8.3. Cumprimento total ou parcial da obrigação pelo devedor
 - 8.8.4. Omissão do devedor em cumprir a obrigação
 - 8.8.5. Execução por terceiro
 - 8.8.6. Execução da obra pelo exequente ou credor
 - 8.8.7. Liquidação das perdas e danos e cumprimento de sentença ou execução

- 8.8.8. Execução de obrigação infungível
- 8.8.9. Execução da obrigação de emitir ato de vontade
- 8.9. A multa e a tutela específica nas obrigações de fazer e não fazer
 - 8.9.1. Multa em execução de título extrajudicial
 - 8.9.2. A tutela específica em processos de ações relativas às prestações de fazer e não fazer
 - 8.9.3. A tutela específica no cumprimento de sentença de obrigação de fazer e não fazer

Capítulo IX – Obrigações de Não Fazer

- 9.1. O dever de se abster
- 9.2. A obrigação de não fazer no direito positivo
- 9.3. Obrigação de não fazer nos contratos
- 9.4. Impossibilidade do cumprimento da obrigação de não fazer
- 9.5. Desfazimento do ato e perdas e danos
- 9.6. Execução da obrigação de não fazer

Capítulo X – A Defesa na Execução de Entregar ou Dar Coisa Certa ou Incerta e de Fazer e Não Fazer

- 10.1. Visão geral da defesa por meio de embargos
- 10.2. Embargos especificamente na execução de entregar ou dar coisa certa e coisa incerta
- 10.3. Embargos especificamente na execução de obrigação de fazer e não fazer

Capítulo XI – Obrigações Alternativas

- 11.1. Conceito
- 11.2. Distinções
- 11.3. A escolha na obrigação alternativa
- 11.4. Impossibilidade ou inexecuibilidade de uma ou mais prestações
- 11.5. Ilícitude de uma das prestações
- 11.6. Prestação alternativa prevista na lei
- 11.7. Perecimento de uma das prestações
- 11.8. Impraticabilidade de todas as prestações

Capítulo XII – Obrigações Divisíveis e Indivisíveis

- 12.1. Cumprimento parcial ou total da obrigação
- 12.2. Definições
- 12.3. Espécies de indivisibilidade
- 12.4. Divisibilidade e indivisibilidade nas obrigações de dar, fazer, não fazer e restituir
- 12.5. A divisibilidade e a indivisibilidade no Código Civil
- 12.6. A indivisibilidade e a solidariedade
- 12.7. Perda ou cessação da indivisibilidade

Capítulo XIII – Obrigações Facultativas, Condicionais, a Termo, Modais, Genéricas e Específicas

- 13.1. Conceito de obrigações facultativas
 - 13.1.1. Distinções relativamente à obrigação alternativa

- 13.1.2. O exercício da escolha
- 13.1.3. A impossibilidade ou inexecuibilidade na prestação facultativa
- 13.1.4. Cláusula penal, obrigação facultativa e dação em pagamento
- 13.1.5. Constituição em mora na obrigação facultativa
- 13.2. Obrigações condicionais
- 13.3. Obrigações a termo
- 13.4. Obrigações modais
- 13.5. Obrigações genéricas e específicas

Capítulo XIV – Obrigações Solidárias

- 14.1. A solidariedade obrigacional
- 14.2. Conceito e distinções
- 14.3. Formalização da solidariedade
- 14.4. Unidade e pluralidade das obrigações
- 14.5. Natureza jurídica
- 14.6. Importância da solidariedade
- 14.7. Características da solidariedade
- 14.8. Relações na solidariedade
- 14.9. Modalidades

Capítulo XV – Solidariedade Ativa

- 15.1. Solidariedade ativa. Caracterização e conceito
- 15.2. A natureza da solidariedade ativa
- 15.3. Efeitos
- 15.4. Extinção da obrigação
- 15.5. Falecimento do credor solidário
- 15.6. Conversão da prestação solidária em perdas e danos
- 15.7. Responsabilidade do credor que recebeu o pagamento ou remiu a dívida
- 15.8. Exceções pessoais do devedor

Capítulo XVI – Solidariedade Passiva

- 16.1. Caracterização e fundamentos
- 16.2. Relações externas e internas na solidariedade passiva
- 16.3. Natureza da solidariedade passiva
- 16.4. Elementos da solidariedade passiva
- 16.5. Solidariedade e fiança
- 16.6. Solidariedade e litisconsórcio
- 16.7. A solidariedade e a morte de um dos devedores solidários
- 16.8. O pagamento parcial ou remissão da dívida
- 16.9. Alteração das obrigações solidárias
- 16.10. Impossibilidade da prestação por culpa de um dos devedores
- 16.11. Juros de mora
- 16.12. Extensão da defesa do devedor solidário
- 16.13. Renúncia da solidariedade em favor de um ou mais dos devedores
- 16.14. Rateio e direito de regresso dos que pagaram
- 16.15. Interesse exclusivo da dívida a um dos devedores

Capítulo XVII – Cessão de Créditos

- 17.1. Conceituação
- 17.2. Requisitos para a cessão
- 17.3. Objeto da cessão e titularidade no exercício do direito
- 17.4. Espécies de cessão
- 17.5. Semelhança com institutos afins
- 17.6. Os acessórios na cessão de crédito
- 17.7. A cessão relativamente a terceiros
- 17.8. Necessidade de notificação do devedor
- 17.9. Multiplicidade de cessões
- 17.10. Atos conservatórios pelo cessionário e a defesa reservada ao devedor
- 17.11. Responsabilidade do cedente pela existência do crédito
- 17.12. Insolvência do devedor
- 17.13. Cessão de crédito penhorado
- 17.14. Cessão de direitos hereditários e o registro imobiliário
- 17.15. Cessão de direitos societários
- 17.16. Dação em pagamento através da cessão de um crédito
- 17.17. Cessão do contrato

Capítulo XVIII – Assunção de Dívida

- 18.1. Conceito
- 18.2. Espécies
- 18.3. Concordância do credor
- 18.4. A presença da assunção no direito positivo
- 18.5. Garantias e privilégios da dívida na assunção e na sua anulação
- 18.6. Exceções pessoais do devedor primitivo e impugnação da dívida

Capítulo XIX – Efeitos das Obrigações

- 19.1. Efeitos ou execução
- 19.2. Efeitos entre as partes e seus herdeiros
- 19.3. Cumprimento das obrigações por terceiros
- 19.4. Incumprimento mínimo da obrigação

Capítulo XX – Pagamento

- 20.1. Conceito e acepções
- 20.2. Pressupostos
- 20.3. Natureza
- 20.4. Requisitos
- 20.5. Pagamento e extinção da obrigação
- 20.6. Quem deve pagar
- 20.7. A quem se deve pagar
- 20.8. Prova do pagamento
- 20.9. Despesas da cobrança
- 20.10. Forma de pagamento e atualização em moeda corrente
- 20.11. Aumento ou redução desproporcional da prestação no pagamento
- 20.12. Aumento progressivo das prestações

- 20.13. Modos e objeto do pagamento
- 20.14. Lugar do pagamento
- 20.15. Tempo do pagamento

Capítulo XXI – Pagamento em Consignação

- 21.1. O direito de pagar
- 21.2. Noção
- 21.3. Natureza da consignação e efeitos
- 21.4. Hipóteses de consignação
- 21.5. Requisitos da consignação
- 21.6. O âmbito do debate na ação consignatória
- 21.7. O oferecimento
- 21.8. Dúvida sobre quem deve receber
- 21.9. Consignação de prestação indeterminada e de coisa certa
- 21.10. Prestações continuadas ou periódicas
- 21.11. O depósito e encargos
- 21.12. Complementação do depósito
- 21.13. Consignação de obrigação litigiosa
- 21.14. Procedimento da ação

Capítulo XXII – Pagamento com Sub-Rogação

- 22.1. O pagamento feito por terceiro
- 22.2. Conceito
- 22.3. Espécies básicas de sub-rogação
- 22.4. Natureza
- 22.5. Sub-rogação legal
- 22.6. Sub-rogação convencional
- 22.7. Efeitos da sub-rogação
- 22.8. A sub-rogação decorrente da denúncia

Capítulo XXIII – Imputação do Pagamento

- 23.1. O pagamento na pluralidade de débitos
- 23.2. Conceito e espécies
- 23.3. Elementos para configurar a imputação feita pelo devedor
- 23.4. Elementos para configurar a imputação feita pelo credor
- 23.5. Elementos para configurar a imputação decorrente de lei
- 23.6. Imputação nas dívidas de capital e juros

Capítulo XXIV – Dação em Pagamento

- 24.1. Conteúdo jurídico de dação em pagamento
- 24.2. Natureza jurídica
- 24.3. Requisitos
- 24.4. Efeitos
- 24.5. Aplicação das regras da compra e venda e da cessão de crédito

Capítulo XXV – Novação

- 25.1. A criação de nova obrigação
- 25.2. Natureza e Espécies

- 25.3. Requisitos
- 25.4. Novação e dívida natural
- 25.5. Efeitos da novação
- 25.6. Novação e renegociação de dívida

Capítulo XXVI – Compensação

- 26.1. Definição e utilidade da compensação
- 26.2. Elementos históricos
- 26.3. Natureza jurídica
- 26.4. Espécies
- 26.5. Requisitos
- 26.6. Obrigações incompensáveis
- 26.7. Compensação e cessão de créditos
- 26.8. Compensação em dívidas solidárias
- 26.9. Compensação pelo fiador com o crédito do afiançado
- 26.10. Efeitos da compensação
- 26.11. Compensação na falência
- 26.12. Prazo de favor para a solução da dívida e compensação
- 26.13. Despesas decorrentes da compensação
- 26.14. Existência de várias dívidas e compensação
- 26.15. Momento de se operar a compensação

Capítulo XXVII – Confusão

- 27.1. O significado de “confusão” no direito obrigacional
- 27.2. Espécies
- 27.3. Causas ou fontes da confusão
- 27.4. Confusão e solidariedade
- 27.5. Confusão e garantias acessórias
- 27.6. Restabelecimento da obrigação

Capítulo XXVIII – Remissão das Dívidas

- 28.1. Sentido de remissão
- 28.2. Natureza jurídica
- 28.3. Espécies de remissão
- 28.4. Requisitos para a validade
- 28.5. Remissão em obrigações com garantias reais
- 28.6. Remissão em obrigações solidárias

Capítulo XXIX – Inadimplemento das Obrigações

- 29.1. A imputabilidade no inadimplemento
- 29.2. A conduta do devedor no inadimplemento
- 29.3. O inadimplemento culposo
- 29.4. Inadimplemento nos contratos benéficos e onerosos
- 29.5. Incumprimento por caso fortuito e força maior
 - 29.5.1. Conceito
 - 29.5.2. Ausência de culpa
 - 29.5.3. Inevitabilidade do fato e impossibilidade da obrigação

- 29.5.4. Hipóteses de não reconhecimento do caso fortuito ou força maior
- 29.6. Situações especiais que impedem o cumprimento do contrato
 - 29.6.1. Teoria da imprevisão
 - 29.6.2. Teoria da base objetiva do negócio
 - 29.6.3. Do estado de perigo, da lesão no direito, da onerosidade excessiva e do lucro permitido nos negócios

Capítulo XXX – Resolução da Relação Obrigacional

- 30.1. Justificações
- 30.2. Resolução e figuras afins
- 30.3. Resolução por incumprimento da obrigação
- 30.4. Espécies de incumprimento
- 30.5. Resolução de obrigações contemplada em lei
- 30.6. Caminhos oferecidos ao credor frente ao inadimplemento
- 30.7. Cumprimento imperfeito e a resolução
- 30.8. Defesas do inadimplente
- 30.9. Efeitos da resolução
- 30.10. Resolução bilateral e unilateral
- 30.11. Cláusula resolutiva expressa
- 30.12. Cláusula de decaimento
- 30.13. Modos de resolução

Capítulo XXXI – Mora no Cumprimento das Obrigações

- 31.1. Conceito e espécies
- 31.2. Mora do devedor. Caracterização e efeitos
- 31.3. Mora do credor. Caracterização e efeitos
- 31.4. Modalidades da mora do devedor
- 31.5. Purgação da mora

Capítulo XXXII – Perdas e Danos

- 32.1. Decorrências do inadimplemento
- 32.2. Conceito
- 32.3. Espécies
 - 32.3.1. Perdas e danos patrimoniais
 - 32.3.2. Perdas e danos morais
 - 32.3.3. Dano direto e indireto
 - 32.3.4. Danos contratuais e extracontratuais
- 32.4. Perdas e danos decorrentes do pagamento com atraso
- 32.5. Perdas e danos nas obrigações em dinheiro
- 32.6. Perdas e danos e culpa
- 32.7. Interesses positivos e interesses negativos

Capítulo XXXIII – Juros Legais

- 33.1. Conceito de juros

- 33.2. Espécies de juros
- 33.3. Juros de mora e juros compensatórios ou remuneratórios
- 33.4. A taxa incidente se não convencionada
- 33.5. O limite da taxa convencionada
- 33.6. Cumulação de juros moratórios e juros compensatórios ou remuneratórios
- 33.7. Limitação da taxa de juros pelas regras do Código de Defesa do Consumidor
- 33.8. Início da fluência dos juros de mora
- 33.9. Juros legais não moratórios
- 33.10. Juros convencionais ou remuneratórios em relação às instituições financeiras
- 33.11. Capitalização de juros
- 33.12. Juros de mora e prejuízo
- 33.13. Incidência dos juros de mora quando não postulados ou omissa a sentença

Capítulo XXXIV – Cláusula Penal

- 34.1. Importância e conceituação
- 34.2. Finalidades
- 34.3. Natureza
- 34.4. Cláusula penal e institutos afins
- 34.5. Espécies
- 34.6. O valor ou montante permitido na cláusula penal
- 34.7. Cláusula penal e honorários advocatícios
- 34.8. Limites da cláusula penal
- 34.9. Cláusulas de arrependimento, de resolução expressa e de decaimento
- 34.10. A culpa no inadimplemento da obrigação e a constituição em mora
- 34.11. Nulidade e resolução da obrigação principal
- 34.12. Redução da multa ou da cláusula penal
- 34.13. A cláusula penal na obrigação indivisível e divisível
- 34.14. Cláusula penal e prejuízo do credor

Capítulo XXXV – Arras ou Sinal

- 35.1. Conceito
- 35.2. Natureza jurídica
- 35.3. Espécies
- 35.4. Arras e indenização por perdas e danos
- 35.5. Arras e cláusula penal

Capítulo XXXVI – Promessa de Recompensa

- 36.1. Conceituação
- 36.2. Natureza jurídica
- 36.3. Direito no recebimento da recompensa
- 36.4. Revogação da promessa
- 36.5. Pluralidade de pessoas na realização de tarefa ou condição
- 36.6. Promessa de recompensa em concursos

Capítulo XXXVII – Gestão de Negócios

- 37.1. Conceito

- 37.2. Características
- 37.3. Obrigações e responsabilidades do gestor
- 37.4. Obrigações e responsabilidades do dono do negócio
- 37.5. Ratificação da gestão pelo dono do negócio
- 37.6. Desaprovação da gestão
- 37.7. Negócios comuns do gestor e do dono

Capítulo XXXVIII – Pagamento Indevido

- 38.1. Caracterização
- 38.2. Espécies
- 38.3. Pressupostos
- 38.4. Requisitos
- 38.5. Situações excluídas da repetição
- 38.6. Duplo pagamento de uma obrigação
- 38.7. O erro no pagamento
- 38.8. A restituição

Capítulo XXXIX – Enriquecimento sem Causa

- 39.1. A introdução da matéria pelo vigente Código Civil
- 39.2. Conceito
- 39.3. Correspondência entre o enriquecimento e o empobrecimento
- 39.4. Cabimento da restituição ou da indenização
- 39.5. O Código de Defesa do Consumidor e o enriquecimento sem causa
- 39.6. Situações jurisprudenciais mais comuns de enriquecimento sem causa

Capítulo XL – Preferências e Privilégios Creditórios

- 40.1. Declaração de insolvência
- 40.2. Âmbito da discussão entre os credores
- 40.3. Os títulos de preferência e sua prioridade
- 40.4. A ordem na preferência
- 40.5. Concorrência de créditos na mesma classe ou hierarquia
- 40.6. Linhas procedimentais da insolvência

Bibliografia